



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

MANHÃ

## AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PROVA ESCRITA OBJETIVA E DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



### SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo setenta questões objetivas e duas questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos para a transcrição das respostas das questões discursivas



### TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição das respostas das questões discursivas para o caderno de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



### INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da prova discursiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas e do caderno de textos definitivos em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva e as transcrições para o caderno de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

**Boa sorte!**



**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa****1**

Em cada texto a seguir, retirado do jornal *O Globo*, ocorrem processos de dar precisão e segurança ao que se transmite; a opção em que NÃO há marcas dessa estratégia é:

- (A) “O Surfe: historiador revela como o ritual religioso dos antigos polinésios virou esporte nos EUA”;
- (B) “O ensino atual de literatura está afastando os jovens dos livros, alerta o influente crítico francês Tzvetan Todorov”;
- (C) “O acidente com a carreta numa estrada de Minas causou a morte de cerca de 10 pessoas e parece ter sido causado por imperícia do motorista”;
- (D) “Após dois adiamentos e um repasse de R\$ 25 bilhões do caixa do BNDES, a Petrobrás anunciou que investirá US\$ 174 bi até 2013. O volume é 55% maior do que o registrado no programa anterior”;
- (E) “Um mês antes do Carnaval, a ocupação dos hotéis cariocas já chega a 77%, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio. Apesar da crise, os números são melhores que os de 2008, quando a taxa de ocupação era de 67% nesse mesmo período”.

**2**

Entre os diversos tipos de frases há as interrogativas e, entre essas, há aquelas que são chamadas de interrogações retóricas; a pergunta retórica abaixo cuja resposta está contida na pergunta é:

- (A) Você pode fechar a janela, por favor?
- (B) Esse político está falando a verdade?
- (C) O senhor poderia falar mais alto?
- (D) Eu já não tinha dito isso?
- (E) Quem nunca sentiu medo?

**3**

Abaixo estão frases retiradas de jornais diversos; de cada uma dessas frases foi indicada uma inferência.

A frase em que a inferência é adequada é:

- (A) Em função das chuvas, os rios amazonenses inundaram suas margens / A pesca nos rios amazonenses vai ser mais farta;
- (B) O time do Flamengo comprou mais um jogador / O Flamengo vai ganhar o campeonato brasileiro;
- (C) As férias escolares acabam no próximo domingo, no Rio / O trânsito vai começar a ficar mais difícil no Rio;
- (D) Para treinamento, escoteiros dirigiram o trânsito no centro de Belo Horizonte / Os policiais estão em greve;
- (E) O Carnaval este ano foi menos violento / Poucos turistas vieram para o Carnaval.

**4**

Uma das formas mais simples de argumentar consiste de duas frases, uma das quais é a conclusão da outra, chamada premissa. A opção abaixo em que a ordem das frases é a de conclusão (C) seguida da premissa (P) é:

- (A) O leite está transbordando da leiteira / O leite deve ter fervido;
- (B) É possível que Pedro seja eleito senador / Pedro tem muitos eleitores no interior do Estado;
- (C) Meu primo está bem empregado / Meu primo acaba de comprar um carro luxuoso;
- (D) A guerra Rússia x Ucrânia registrou novos combates ontem / A Rússia deve estar enfrentando dificuldades econômicas;
- (E) Minha mulher nunca sofreu um acidente com o carro / Minha mulher é boa motorista.

**5**

Sempre que, num raciocínio, passamos de uma premissa a uma conclusão (ou vice-versa), assumimos como verdadeira uma ideia intermediária.

Essa ideia intermediária está corretamente indicada na seguinte opção:

- (A) A esposa foi vista pelo irmão dele no cinema, com outro; ele vai separar-se / O irmão dele diz a verdade;
- (B) As pesquisas eleitorais indicam a vitória de Putin; os russos estão perdidos / As pesquisas mostram interesses políticos;
- (C) É conveniente estacionar o carro; há um barulho na traseira / Foram comprados pneus recauchutados;
- (D) Fiz o exercício e encontrei a mesma resposta do professor; acertei mais esse / O professor nem sempre acerta;
- (E) Meu celular despertou; tenho que levantar rápido / Meu gerente é muito exigente quanto a horário.

**6**

Em algumas frases, os seus autores jogaram com o significado polissêmico de palavras; a opção em que essa estratégia foi empregada é:

- (A) Os espelhos fariam muito bem em refletir um pouco antes de mostrar as imagens;
- (B) Saudade é a presença da ausência;
- (C) Originalidade não consiste apenas em fazer as coisas de forma diferente, mas também em fazê-las melhor;
- (D) Há três maneiras de fazer as coisas: a maneira errada, a maneira certa e uma maneira melhor;
- (E) Eu quase nada sei, mas desconfio de muita coisa.

**7**

Observe agora o raciocínio a seguir.

1. Uma pesquisa mostra que os camelôs vendem mais barato;
2. A presença de camelôs na rua é conveniente.

Esse raciocínio pode ser refutado porque:

- (A) a premissa não é geralmente verdadeira;
- (B) a conclusão nada tem a ver com a premissa;
- (C) a conclusão deixa de considerar outros fatores;
- (D) a premissa se apoia em dados falsos;
- (E) a premissa e a conclusão não mostram relação lógica.

**8**

Considerando que as premissas de um raciocínio podem ser fatos, julgamentos, testemunhos de autoridade ou exemplos, a opção em que a premissa deve ser classificada como julgamento é:

- (A) Como o estudo da Prefeitura comprovou o perigo de morar nessa encosta, devemos fazer a transferência dos moradores;
- (B) Como o Ibope mostrou a vitória do candidato X, é perda de tempo votar em Y;
- (C) Muitos acidentes ocorrem nesse cruzamento, por isso é urgente o conserto do sinal de trânsito;
- (D) É mais interessante fazer turismo no Nordeste que na Europa, pois devemos ser mais patriotas em nossos gastos;
- (E) Pedro não se deu bem na prova do concurso, por isso devemos estudar muito mais.

**9**

Abaixo estão frases com raciocínios indutivos; a opção em que a conclusão apontada é fruto de uma generalização é:

- (A) O computador do TSE tem alta capacidade de contabilização, por isso deve encerrar as eleições em pouco tempo;
- (B) O livro sobre citações de autores célebres é grosso e bem encadernado, além de caro, por isso não deve vender muito;
- (C) Um cachorro salvou a vida de seu dono, avisando-o sobre o risco de desabamento da casa; vou providenciar a adoção de um cachorro para cá;
- (D) Na escola de meu filho mediram a altura de meninos e meninas e chegaram à conclusão de que as mulheres estão crescendo mais do que os homens;
- (E) Os táxis passaram a adotar a política dos supermercados, ou seja, oferecendo preços mais baratos e aumentando o número de clientes, o que se mostrou uma política de sucesso.

**10**

A frase abaixo que mostra um raciocínio falso, classificado como círculo vicioso, é:

- (A) Ayrton Senna foi, sem dúvida, o melhor corredor brasileiro de todos os tempos, pois nenhum outro conseguiu igualar-se a ele;
- (B) Todos os nossos problemas desapareceriam se aumentássemos o tamanho da casa onde moramos;
- (C) Não é conveniente para a Prefeitura cancelar esse próximo feriado, pois os cariocas gostam muito de praia;
- (D) Não acredito que você esteja lembrando-me esses fatos; a mim, que sou historiador;
- (E) Estatísticas mostram que mais de 80% dos eleitores preferem votar em pessoas mais velhas, o que favorece os idosos nas próximas eleições.

**11**

Entre os raciocínios abaixo, aquele que mostra uma falha por apoiar-se numa falsa analogia, é:

- (A) Os médicos são profissionais diferentes, pois parecem não preocupar-se demais com os seus ganhos;
- (B) O novo atacante do Grêmio deve ser ótimo jogador, pois seu pai chegou a jogar na seleção;
- (C) Os franceses são delicados cozinheiros e os alemães, disciplinados guerreiros, por isso não se entendem;
- (D) A melhor universidade do país é a USP, pois é a que apresenta melhores condições de ensino;
- (E) Se quisermos melhorar o aprendizado da Matemática, basta adotarem-se livros importados.

**12**

Numa delegacia, uma mulher foi queixar-se do marido, que havia ido embora de casa. No depoimento, fez uma série de frases com vocábulos de conteúdo semântico negativo para trazer mais condenação ao marido.

A frase abaixo em que o termo sublinhado NÃO tem conotação negativa é:

- (A) Meu marido me abandonou na última sexta-feira;
- (B) Ele rabiscou algumas explicações;
- (C) As explicações foram dadas numa folha de papel;
- (D) Ele lambuzou o verso da folha e grudou-a na mesa;
- (E) Foi embora e largou até a porta aberta.

**13**

Na escrita, ocorrem alguns processos de manipulação da realidade, como a reificação (tratamento de coisa dado ao homem) e a personalização, que dá características humanas a coisas ou animais.

A opção abaixo que exemplifica uma personalização é:

- (A) Seus sonhos se transformaram em pó;
- (B) O mar de Copacabana já matou muitas crianças;
- (C) A morte sai mais barata que a vida;
- (D) Os imigrantes foram depositados num galpão;
- (E) Os prisioneiros vieram empilhados num trem de carga.

**14**

Em todas as opções abaixo há uma frase que foi reescrita de modo a destacar-se um dos seus elementos; a opção em que essa reescritura foi feita de forma gramaticalmente inadequada, é:

- (A) Eu trouxe a encomenda para meu irmão / A encomenda, eu lhe dei a meu irmão;
- (B) O gerente entregou a chave ao porteiro / Ao porteiro, o gerente lhe entregou a chave;
- (C) O jogador xingou a torcida ao sair de campo / Ao sair de campo, o jogador xingou a torcida;
- (D) Nunca mais vi meu pai / Ver meu pai, nunca mais;
- (E) Observei a camisa na vitrine / A camisa, eu a observei na vitrine.

**15**

Observe a seguir o início de um texto.

“Há muita gente complicando a vida do prefeito, inclusive o próprio prefeito’, costuma dizer um vereador. Trata-se de uma revelação de caráter generalizado na Câmara.”

A introdução desse texto deve ser identificada como:

- (A) alusão histórica;
- (B) interrogação;
- (C) suspense;
- (D) convite;
- (E) citação.

## Legislação Específica e Noções de Direito

16

Ana, estudiosa da Administração Pública indireta, questionou Pedro a respeito da compatibilidade dos conceitos de personalidade jurídica e órgão despersonalizado com o referencial de descentralização administrativa.

Pedro respondeu, corretamente, que:

- (A) entes personificados e órgãos despersonalizados serão integrados, ou não, ao referido referencial, conforme haja, ou não, determinação legal nesse sentido;
- (B) o mencionado referencial é incompatível com a concepção de personalidade jurídica, sendo esta última própria do ente federativo dotado de autonomia política;
- (C) apenas os entes personalizados, não os órgãos despersonalizados, ainda que tenham maior liberdade decisória, se ajustam ao mencionado referencial;
- (D) o mencionado referencial é indiferente à natureza das estruturas que venham a integrá-lo, sendo direcionado pelo atendimento a uma finalidade de interesse público e pela autonomia decisória;
- (E) o órgão despersonalizado somente passará a integrar o mencionado referencial caso sua criação tenha sido autorizada em lei.

17

O Estado Alfa editou a Lei Complementar nº XX, que restringiu determinado direito fundamental de maneira flagrantemente oposta aos balizamentos estabelecidos pela Constituição da República de 1988, o que levou o Supremo Tribunal Federal (STF) a declarar a sua inconstitucionalidade. Na medida em que normas semelhantes foram editadas por outros entes federativos, dando ensejo a uma série de demandas judiciais, o Supremo Tribunal Federal veio a editar a Súmula Vinculante nº YY. Apesar disso, o Estado Alfa editou a Lei Complementar nº ZZ, cópia fiel da Lei Complementar nº XX e que se mostrava totalmente incompatível com a Súmula Vinculante nº YY.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a declaração de inconstitucionalidade da Lei Complementar nº XX:

- (A) embora produza efeitos *erga omnes*, não impedia o Estado Alfa de editar a Lei Complementar nº ZZ, de idêntico teor, mas a Súmula Vinculante o impedia, sendo cabível a reclamação endereçada ao STF por inobservância da última;
- (B) e a existência da Súmula Vinculante nº YY, por serem aplicáveis exclusivamente ao caso concreto, não obstavam a edição, pelo Estado Alfa, da Lei Complementar nº ZZ;
- (C) por produzir efeitos *erga omnes*, impedia que o Estado Alfa editasse a Lei Complementar nº ZZ, de idêntico teor, sendo cabível a reclamação endereçada ao STF;
- (D) e a existência da Súmula Vinculante nº YY, por não serem oponíveis ao Poder Legislativo, não obstavam a edição, pelo Estado Alfa, da Lei Complementar nº ZZ;
- (E) acarretou a supressão da competência legislativa do Estado Alfa na matéria, o que torna injurídica a edição da Lei Complementar nº ZZ.

18

João, servidor público federal, recebeu delegação, da autoridade máxima da pessoa jurídica de direito público a que estava vinculado, para a prática de determinados atos administrativos. Ao ser cientificado da delegação, buscou se inteirar a respeito da possibilidade de a mesma competência ser exercida pela autoridade delegante, bem como se o ato a ser praticado seria atribuído a ele ou a esta autoridade.

Por fim, concluiu, corretamente, que, à luz da Lei nº 9.784/1999:

- (A) durante a delegação, os atos praticados pelo delegado precisam ser cancelados pelo delegante, sendo sempre atribuída a autoria do ato a este último agente;
- (B) durante a delegação, haverá uma concorrência de competências entre a autoridade delegante e a autoridade delegada, sendo sempre atribuído ao delegante o ato que venha a ser praticado;
- (C) durante a delegação, haverá uma concorrência de competências entre a autoridade delegante e a autoridade delegada, sendo atribuído ao respectivo subscritor o ato que venha a ser praticado;
- (D) a autoridade delegante não poderá praticar nenhum ato afeto ao objeto da delegação, durante todo o período em que esta última perdurar, sendo considerados de sua autoria os atos praticados pelo delegado;
- (E) a autoridade delegante, em caráter excepcional e por motivos relevantes, devidamente justificados, poderá avocar, temporariamente, a competência delegada, mas serão atribuídos ao delegado os atos que este agente praticar.

19

O Tribunal de Contas do Estado Alfa rejeitou as contas apresentadas por João, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, em razão de sua atuação como ordenador de despesas no âmbito da autarquia estadual Beta. Irresignado com a decisão, interpôs recurso hierárquico direcionado à Assembleia Legislativa do Estado Alfa com o requerimento de reforma da decisão.

À luz desse quadro, o sindicato dos servidores do Tribunal de Contas do Estado Alfa consultou o seu advogado a respeito da compatibilidade desse recurso com a Constituição da República de 1988, sendo-lhe respondido, corretamente, que o recurso é:

- (A) cabível, em simetria com o modelo federal e independente de previsão em lei estadual específica, pois o Tribunal de Contas é órgão auxiliar do Poder Legislativo;
- (B) cabível, em simetria com o modelo federal, desde que o recurso esteja previsto na Constituição Estadual, pois o Tribunal de Contas é órgão auxiliar do Poder Legislativo;
- (C) cabível, em simetria com o modelo federal, desde que previsto na lei de organização do Tribunal de Contas, pois esta estrutura orgânica é órgão auxiliar do Poder Legislativo;
- (D) incabível, pois as decisões proferidas pelo Tribunal de Contas possuem caráter definitivo, não podendo ser revistas por nenhuma estrutura orgânica, incluindo os Poderes Legislativo e Judiciário;
- (E) incabível, pois a competência para julgar as contas dos ordenadores de despesas foi outorgada, pela ordem constitucional, ao Tribunal de Contas, não havendo previsão de recurso para o Poder Legislativo.

**20**

O secretário de Transportes do Estado Alfa solicitou que sua assessoria desenvolvesse estudos a respeito de determinado serviço público que se mostrava de vital importância para a coletividade. Ao formular a solicitação, o secretário frisou que almejava saber se era obrigatória a sua prestação diretamente pelo Estado.

Em resposta, a assessoria respondeu, corretamente, que essa espécie de serviço:

- (A) pode ser prestada diretamente pelo Estado ou, indiretamente, apenas em regime de concessão ou permissão, observados os requisitos estabelecidos pela ordem jurídica;
- (B) pode ser prestada diretamente pelo Estado ou, indiretamente, em regime de autorização, permissão ou concessão, sendo sempre antecedida de licitação;
- (C) em regimes de livre iniciativa, como o brasileiro, não precisaria ser prestada diretamente pelo Estado, podendo ser livremente explorada pelo setor privado;
- (D) em razão do princípio da prevalência do interesse público sobre o privado, somente pode ser explorada diretamente pelo Estado;
- (E) em razão da indisponibilidade dos interesses envolvidos, somente pode ser prestada pela Administração Pública direta ou indireta.

**21**

Em razão de apuração sumária realizada no âmbito do Município Alfa, constatou-se que a sociedade empresária Beta fraudou a realização de determinado ato do procedimento licitatório público no qual se saíra vencedora, o que se enquadraria como ato lesivo à Administração Pública tipificado na Lei nº 12.846/2013. Instada a apresentar esclarecimentos, a sociedade empresária Beta manifestou o seu interesse em celebrar acordo de leniência.

À luz da narrativa apresentada, é correto afirmar que o acordo de leniência alvitado:

- (A) não pode ser celebrado, já que incompatível com condutas dolosas praticadas em detrimento do processo licitatório;
- (B) pode ser celebrado, caso preenchidos os demais requisitos exigidos, e só disciplinará a forma de ressarcimento do dano, devendo ser homologado em juízo para produzir efeitos;
- (C) pode ser celebrado, caso preenchidos os demais requisitos exigidos, e afastará a incidência de todas as sanções cominadas, não carecendo de homologação judicial;
- (D) pode ser celebrado, caso preenchidos os demais requisitos exigidos, e afastará a incidência de algumas sanções, nos planos administrativo e judicial, não carecendo de homologação judicial;
- (E) somente pode ser celebrado pelo Ministério Público, não pelo Município, devendo ser preenchidos os requisitos previstos, além de ser exigida a homologação judicial caso afaste alguma sanção.

**22**

A fundação de direito privado Beta pretendia solicitar ao órgão competente do Estado Alfa a sua qualificação como organização social, mas tinha dúvidas em relação aos requisitos a serem preenchidos e às consequências dessa qualificação.

Ao consultar o seu advogado, foi corretamente informado a Beta que:

- (A) não é possível a obtenção da qualificação almejada, que somente pode ser deferida para as associações;
- (B) a qualificação está condicionada à participação, no Conselho de Administração, entre outros membros, de representantes do poder público;
- (C) a qualificação está condicionada à distribuição de lucros, aos membros do Conselho Curador, na proporção máxima de 5% do proveito patrimonial obtido;
- (D) a qualificação independe de qualquer ato formal, bastando que Beta seja estruturada da forma prevista em lei, o que lhe permitirá celebrar contratos de gestão;
- (E) a qualificação é obtida a partir da celebração de contrato de gestão, ocasião em que Beta assumirá o compromisso de praticar os atos ajustados com o poder público.

**23**

Maria, servidora pública, ocupante de cargo de provimento efetivo no Estado do Tocantins, foi acusada da prática de infração disciplinar que teve efetiva lesividade ao erário, mas não tinha lesividade para o serviço.

Ao ser cientificada da instauração do processo disciplinar, consultou o seu advogado a respeito da possibilidade de, à luz dos balizamentos legais, ser celebrado termo de compromisso de ajuste de conduta.

Foi corretamente respondido a Maria que o referido termo:

- (A) é incompatível com as características da infração disciplinar imputada a Maria;
- (B) somente poderia ter sido celebrado em momento anterior à instauração do processo disciplinar;
- (C) pode ser celebrado a qualquer tempo, desde que Maria efetue o pagamento da multa punitiva prevista em lei;
- (D) é incompatível com o processo administrativo disciplinar, em razão da indisponibilidade da pretensão punitiva;
- (E) pode ser celebrado a qualquer tempo, desde que Maria, previamente, promova o ressarcimento do dano ao erário.

**24**

A deputada federal Sônia, ao perceber sérios desequilíbrios na concorrência em determinado setor econômico, solicitou que sua assessoria analisasse a compatibilidade, com a ordem constitucional, de uma proposição legislativa que estabelecesse critérios especiais de tributação, aplicáveis em todos os níveis federativos, com o objetivo de contornar esse quadro, prevenindo tais desequilíbrios.

A assessoria respondeu, corretamente, que tal proposição é:

- (A) incompatível com a ordem constitucional, pois o mercado deve regular a si próprio, não sendo admitida a intervenção estatal;
- (B) incompatível com a ordem constitucional, pois, apesar de ser possível o uso da tributação para fins extrafiscais, isto não pode afetar a livre iniciativa;
- (C) compatível com a ordem constitucional, desde que resguardada a competência de cada ente federativo para, mediante lei ordinária, buscar igual objetivo;
- (D) compatível com a ordem constitucional, desde que veiculada em lei complementar, o que não afasta a competência da União para, por lei ordinária, buscar igual objetivo;
- (E) incompatível com a ordem constitucional, pois normas editadas pela União, por força do pacto federativo, não podem afetar a competência tributária dos demais entes.

**25**

O órgão competente do Estado Beta recebeu notícia, embasada em fatos elementos probatórios, indicando que João, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo, praticara atos de tortura, no exercício da função, em detrimento de diversas crianças alcançadas por sua atuação funcional. De acordo com o noticiante, tais condutas configuravam atos de improbidade administrativa tipificados na Lei nº 8.429/1992, devendo ser adotadas as providências cabíveis nessa seara, sem prejuízo da responsabilização administrativa e criminal de João.

Instada a se manifestar, a assessoria jurídica observou, corretamente, que João:

- (A) não pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa, já que sua conduta não se enquadra na tipologia da Lei nº 8.429/1992;
- (B) somente pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa tipificado na Lei nº 8.429/1992 caso seja previamente condenado na instância penal;
- (C) somente pode ser alcançado por uma instância de responsabilização, o que decorre do princípio que veda a responsabilização em duplicidade pelo mesmo fato;
- (D) somente pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa tipificado na Lei nº 8.429/1992 caso o regime jurídico dos servidores tenha previsto a aplicação dessa lei;
- (E) pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa tipificado na Lei nº 8.429/1992, já que sua conduta afrontou os princípios regentes da atividade estatal.

## Controle Externo

**26**

Maria, após cumprir os requisitos exigidos, teve deferida a sua aposentadoria voluntária por tempo de serviço, sendo o respectivo expediente encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado Alfa para fins de registro. Os autos ingressaram no Tribunal em dezembro de 2015 e somente no último mês foi designada a sessão de julgamento na qual seria apreciada a legalidade do ato.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que:

- (A) por se tratar de ato de concessão inicial de aposentadoria, não é necessário que Maria seja ouvida, tendo o Tribunal a possibilidade de realizar ampla cognição sobre o ato;
- (B) em razão dos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, o ato de aposentadoria deve ser considerado definitivamente registrado;
- (C) em razão do decurso do tempo, a cognição do ato de aposentadoria pelo Tribunal somente será possível caso haja impugnação de terceiros;
- (D) o Tribunal somente poderá alterar o título de aposentadoria se o respectivo ato contiver vício insanável, não convalidável pelo decurso do tempo;
- (E) embora se trate de ato de concessão inicial de aposentadoria, deve ser assegurado o contraditório e a ampla defesa a Maria.

**27**

O Tribunal de Contas do Estado Beta recebeu, para análise, as contas de governo do prefeito do Município Alfa.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República de 1988, a referida análise deve:

- (A) realizar amplo juízo valorativo a respeito das contas, podendo aplicar multa e imputar os débitos que sejam identificados, sem prejuízo do julgamento político a cargo da Câmara Municipal de Alfa, que só rejeitará o parecer por maioria qualificada;
- (B) se restringir à emissão de parecer prévio, que só deixará de prevalecer por maioria qualificada de votos da Câmara Municipal de Alfa, sendo cabível o julgamento ficto das contas, por este órgão, pelo decurso do tempo;
- (C) se restringir à emissão de parecer prévio, que só deixará de prevalecer por maioria qualificada de votos da Câmara Municipal de Alfa, não sendo cabível o julgamento ficto das contas, por este órgão, pelo decurso do tempo;
- (D) julgar as contas, realizando amplo juízo valorativo a respeito das informações apresentadas, sendo que a sua decisão somente deixará de prevalecer pelo voto de dois terços dos membros da Câmara Municipal de Alfa;
- (E) se restringir à emissão de parecer prévio, que só deixará de prevalecer pela unanimidade dos votos da Câmara Municipal de Alfa, sendo cabível o julgamento ficto das contas, por este órgão, pelo decurso do tempo.

**28**

João, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo, que atuara como ordenador de despesas no Município Alfa, foi condenado em processo administrativo, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, pela prática de infração considerada grave.

Nesse caso, João:

- (A) somente pode ser condenado à sanção de multa, além de ter a obrigação de ressarcir os danos que tenha causado ao erário;
- (B) deve ser sempre condenado à sanção de multa, além de ser considerado em débito, se for o caso, ficando ainda inabilitado, nos termos da lei, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
- (C) pode ser condenado à sanção de multa, além de ser considerado em débito, se for o caso, e ainda ficar inabilitado, por decisão tomada por maioria absoluta, nos termos da lei, para exercer cargo em comissão ou função de confiança;
- (D) pode ser condenado à sanção de multa, além de ser considerado em débito, se for o caso, e ainda ficar inelegível, por decisão tomada por maioria absoluta, nos termos da lei, para exercer cargo eletivo estadual;
- (E) pode ser condenado à sanção de multa, além de ser considerado em débito, se for o caso, e ainda ficar inelegível, por decisão tomada por maioria de dois terços, nos termos da lei, para exercer qualquer cargo eletivo.

**29**

João, recém-empossado como servidor do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, decidiu se inteirar a respeito das linhas de defesa a que estarão sujeitas as contratações públicas, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021. Ao final, concluiu que o controle interno integra a segunda linha de defesa e o Tribunal de Contas figura, isolado, na terceira linha de defesa.

À luz do que dispõe o referido diploma normativo, é correto afirmar que a conclusão de João está:

- (A) errada, pois as linhas de defesa não se apresentam de modo sequencial, mas simultâneo, congregando todos os agentes públicos, as unidades de assessoramento jurídico, o controle interno, o Tribunal de Contas e o Poder Judiciário;
- (B) certa, pois a generalidade dos órgãos de controle interno integra a segunda linha, enquanto o Tribunal de Contas ocupa a última linha de defesa administrativa, imediatamente anterior ao controle jurisdicional;
- (C) certa, ressaltando-se que a última linha de defesa é móvel, de modo que o Tribunal de Contas ali se encontra, de forma isolada, enquanto a questão não é judicializada;
- (D) errada, pois o Tribunal de Contas não integra, isolado, a terceira linha de defesa, estando acompanhado do órgão central de controle interno da Administração;
- (E) errada, pois a generalidade dos órgãos de controle interno não integra a segunda linha, mas, sim, a terceira linha, juntamente com o Tribunal de Contas.

**30**

Em determinado contrato administrativo, foi constatado, pelo órgão de controle interno do Município Alfa, a ocorrência de irregularidade insanável no procedimento licitatório que lhe deu origem.

Nesse caso, à luz da sistemática estabelecida na Lei nº 14.133/2021, a declaração de nulidade do contrato administrativo:

- (A) é medida que se opera imediatamente, de pleno direito, apresentando contornos meramente declaratórios, não constitutivos;
- (B) afasta, em qualquer caso, o dever de a Administração indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada;
- (C) independe de qualquer avaliação complementar pela autoridade administrativa, devendo ser declarada nos cinco dias subsequentes ao conhecimento dos fatos;
- (D) pode vir a produzir efeitos apenas no futuro, observados os limites temporais estabelecidos em lei, para fins de nova contratação, de modo a assegurar a continuidade da atividade administrativa;
- (E) não exige a avaliação dos aspectos circunstanciais e das consequências do ato, o que será feito apenas para fins de dimensionamento da indenização do contratado, que não pode ter concorrido para a nulidade.



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31

Considere um país hipotético que, no ano de 2020, apresentou as seguintes informações em suas contas nacionais.

Transações	Valores em unidades monetárias
Consumo do governo	150
Transferências do governo	10
Subsídios do governo	10
Impostos diretos	30
Impostos indiretos	20
Investimento do governo	20
Formação bruta de capital fixo	40
Variação de estoques	15
Depreciação	15
Outras receitas líquidas do governo	75
Renda nacional líquida	1.000

Também durante o ano de 2020, esse mesmo país registrou os seguintes saldos de transações entre residentes e não residentes.

Transações	Valores em unidades monetárias
Balança comercial	250
Balança de serviços	-150
Renda primária	-150
Renda secundária	0
Conta capital	5
Conta financeira	-30
Erros e omissões	15

Com base nas informações apresentadas acima, é correto afirmar que:

- (A) o produto interno bruto a preços de mercado é igual a 1.105;
- (B) a necessidade de financiamento do setor público é igual a 165;
- (C) os ativos de reserva utilizados em 2020 foram de 35;
- (D) a poupança do setor privado é de 215;
- (E) o excedente operacional bruto é igual a 1.000.

32

De acordo com as orientações trazidas na sexta edição do Manual do Balanço de Pagamentos do Fundo Monetário Internacional (BPM6), a aquisição, por residente do Brasil, de um bem de um residente dos Estados Unidos da América e revenda do mesmo bem para um residente da França, sem que o bem transite pelo território brasileiro, deve ser registrada na:

- (A) balança comercial;
- (B) balança de serviços;
- (C) renda primária;
- (D) renda secundária;
- (E) conta capital.

33

Seja o seguinte balancete simplificado do Banco Central, apresentado em unidades monetárias.

Ativo		Passivo	
Reservas Internacionais	320	Papel-moeda emitido	1.000
Empréstimos ao Tesouro Nacional	500	Reservas Bancárias Compulsórias	100
Títulos Públicos Federais	400	Depósitos do Tesouro Nacional	220
Caixa	100		
<b>Total</b>	<b>1.320</b>	<b>Total</b>	<b>1.320</b>

Considere ainda que os bancos comerciais conjuntamente possuam em caixa (moeda corrente) o total de 100 unidades monetárias e que a relação encaixes bancários/depósitos à vista é de 20%.

Com base nessas informações, o valor do multiplicador monetário é igual a:

- (A) 1,0;
- (B) 1,3;
- (C) 1,8;
- (D) 2,0;
- (E) 2,2.

34

Considere que a taxa de juros no Brasil é igual a 13,75% ao ano, que a taxa de juros nos Estados Unidos é igual a 2,25% ao ano e que a taxa de câmbio corrente real (R\$) por dólares (US\$) é igual a 5,00 R\$/US\$.

Diante dessas informações e com base na paridade descoberta da taxa de juros, é correto afirmar que a expectativa para o valor da taxa de câmbio real (R\$) por dólares (US\$) para um ano será aproximadamente igual a:

- (A) 4,15 R\$/US\$;
- (B) 4,50 R\$/US\$;
- (C) 4,70 R\$/US\$;
- (D) 5,18 R\$/US\$;
- (E) 5,58 R\$/US\$.

35

Com base no modelo IS-LM para uma economia fechada, é correto afirmar que:

- (A) na denominada armadilha da liquidez, a intervenção da autoridade monetária via operação de mercado aberto tem o potencial de reduzir a taxa de juros;
- (B) na denominada armadilha da liquidez, verifica-se o fenômeno deslocamento total (*crowding out* total) em resposta a uma elevação do déficit público via política de gastos;
- (C) como forma de preservar o nível de produto, em resposta a uma política fiscal contracionista, a autoridade monetária pode estimular a economia via redução da alíquota de depósito compulsório;
- (D) a maior eficácia da política monetária em relação à política fiscal independe da sensibilidade do investimento em relação à taxa de juros, mas depende da sensibilidade da demanda por moeda em relação à taxa de juros;
- (E) se o objetivo da autoridade monetária é com a estabilidade do produto, em resposta a um aumento de gastos públicos, o Banco Central utiliza como instrumento de política monetária a compra de títulos no mercado aberto.

36

Considerando o modelo IS-LM-BP com perfeita mobilidade de capitais e uma economia de pequeno porte, é correto afirmar que:

- (A) sob o regime de câmbio flutuante, uma política de elevação de tarifas à importação aumenta o produto porque a curva LM se desloca para a direita;
- (B) sob o regime de câmbio fixo, a implantação de quotas à importação é ineficaz porque, apesar de a curva IS se deslocar para a direita, a curva LM se desloca para a esquerda, na mesma proporção;
- (C) sob o regime de câmbio fixo, a política fiscal expansionista gera um efeito deslocamento (*crowding out*) total porque a autoridade monetária deve acomodar a saída de divisas via compra de moeda doméstica;
- (D) a política monetária contracionista sob um regime de câmbio flutuante resultará em uma apreciação da taxa de câmbio nominal e em uma redução do produto;
- (E) uma política fiscal contracionista sob um regime de câmbio fixo resultará em uma depreciação da taxa de câmbio nominal e um aumento do produto se a curva BP for mais inclinada que a curva LM.

37

Sob o regime de câmbio fixo, quando a autoridade monetária compra/vende reservas internacionais em troca de venda/compra de moeda doméstica, ao mesmo tempo que realiza uma operação de mercado aberto para manter a base monetária inalterada, estamos diante da:

- (A) intervenção cambial esterilizada;
- (B) monetização da dívida externa;
- (C) ocorrência de déficits gêmeos;
- (D) redução do passivo monetário;
- (E) ocorrência de dolarização e de crise cambial.

38

Considere uma economia descrita pelas equações a seguir.

$$\text{Equação (I): } g_{y_t} = g_{m_t} - \pi_t$$

$$\text{Equação (II): } \pi_t = \pi^e - (u_t - 0,04)$$

$$\text{Equação (III): } u_t = u_{t-1} - 0,2(g_{y_t} - 0,03)$$

Onde  $\pi_t$  é a taxa de inflação no período  $t$ ,  $g_{m_t}$  é a taxa de crescimento da oferta de moeda no período  $t$ ,  $g_{y_t}$  é a taxa de crescimento do PIB real no período  $t$ ,  $u_t$  é a taxa de desemprego no período  $t$ , e  $\pi^e$  é a expectativa de inflação formada no período  $t$ .

Diante desse contexto, é correto afirmar que:

- (A) a equação (I) é denominada lei de Okun;
- (B) a taxa natural de desemprego é igual a 3%;
- (C) quando  $\pi^e = \pi_{t-1}$ , os agentes econômicos possuem expectativas racionais, mas não adaptativas;
- (D) a equação (II) descreve uma curva de Phillips que apresenta dois componentes: choques de oferta e desemprego cíclico;
- (E) se a economia se encontra no pleno emprego e  $\pi^e = \pi_{t-1} = 7\%$ , então a taxa de crescimento da oferta de moeda é igual a 10%.

39

De acordo com as diferentes teorias referentes à curva de Phillips, é correto afirmar que:

- (A) não existe versão que descreva uma situação em que assumimos a inflação como inercial;
- (B) a denominada versão tradicional indica que não há *trade-off* de longo prazo entre inflação e desemprego;
- (C) a denominada versão aceleracionista supõe a existência de ilusão monetária por parte dos trabalhadores;
- (D) na denominada versão com expectativas racionais, o aumento antecipado na taxa de inflação provoca a redução na taxa de desemprego no curto prazo;
- (E) no curto prazo, caso haja um aumento na expectativa de inflação por parte dos agentes econômicos, a inflação corrente aumenta, mas o desemprego permanece inalterado.

40

Supondo a validade da restrição orçamentária intertemporal do governo, a ocorrência de déficit público provocado pela elevação de impostos não tem qualquer papel sobre a atividade econômica.

Esse fato é conhecido como:

- (A) curva de Laffer;
- (B) efeito Patinkin;
- (C) senhoriagem;
- (D) equivalência ricardiana;
- (E) neutralidade monetária.

41

Com base nos diferentes regimes de taxas de câmbio e na política macroeconômica em uma economia aberta, é correto afirmar que:

- (A) de acordo com a teoria da paridade do poder de compra e em regime de câmbio fixo, a taxa de juros deve ser igual ao diferencial entre a taxa de inflação doméstica e externa;
- (B) de acordo com a teoria da paridade do poder de compra e em regime de câmbio flutuante, a taxa de juros deve ser igual ao diferencial entre a taxa de inflação interna e externa;
- (C) se em um país, em certo momento, identifica-se que há um diferencial positivo entre a taxa de inflação doméstica e a taxa de inflação externa, o país apresentará uma valorização cambial;
- (D) considerando perfeita mobilidade de capitais, a denominada trindade impossível refere-se ao fato de um país não poder ao mesmo tempo adotar um regime de câmbio fixo e ter autonomia monetária;
- (E) se a taxa de inflação no Brasil é de 12% ao ano, enquanto a taxa de inflação nos EUA é de 7% ao ano, de acordo com a paridade do poder de compra (PPC) relativa, a taxa de câmbio real é aproximadamente igual a 1,43.

42

Acerca das consequências do comércio exterior e das relações econômicas entre países, para o país doméstico, a imposição de tarifas à importação sobre um bem acarreta:

- (A) aumento do bem-estar social;
- (B) diminuição no excedente do produtor;
- (C) diminuição no excedente do consumidor;
- (D) os mesmos efeitos tributários da imposição de cotas à importação;
- (E) perda nos termos de troca, pois a tarifa reduz os preços das exportações.

43

Considere uma economia composta por somente dois bens, 1 e 2, cujas quantidades consumidas são, respectivamente,  $A$  e  $B$ . Assuma também que em dezembro de 2021 os preços dos bens 1 e 2 sejam, respectivamente,  $p$  e  $q$ , e o consumidor possua renda  $M$ . Suponha que, em janeiro de 2022, o preço do bem 1 sofra um aumento de 80%, o preço do bem 2 sofra um aumento de 40% e a renda do consumidor dobre de valor.

Ao determinar a escolha ótima dos bens 1 e 2, em janeiro de 2022, o consumidor se defronta com a seguinte restrição orçamentária:

- (A)  $0,2pA + 0,6qB \leq 2M$
- (B)  $0,8pA + 0,4qB \leq M$
- (C)  $0,8pA + 0,4qB = 2M$
- (D)  $0,9pA + 0,7qB \leq M$
- (E)  $0,9pA + 0,7qB = 2M$

44

Assuma uma economia de dois bens,  $x$  e  $y$ , com preços  $p_1$  e  $p_2$ , respectivamente. Considere ainda um consumidor com renda  $M$  e função utilidade Cobb-Douglas  $u(x, y) = x^a y^b$ , com  $a$  e  $b$  números reais positivos diferentes de zero e  $a + b = 1$ .

Ao resolver o problema do consumidor, a soma das quantidades de bens  $x$  e  $y$  que maximizam a utilidade do consumidor quando  $b = 60\%$ ,  $p_1 = 0,5p_2$  e  $M = 100p_1$  equivale a:

- (A) 50;
- (B) 60;
- (C) 70;
- (D) 80;
- (E) 90.

45

Suponha que haja na economia apenas dois bens,  $X$  e  $Y$ . Considere um consumidor que esteja maximizando sua função utilidade sujeito à restrição orçamentária.

Considerando que haja um aumento na renda nominal, em relação aos efeitos das variações de renda na demanda marshalliana do consumidor, é correto afirmar que, caso:

- (A) o bem  $X$  seja um bem inferior, o bem  $Y$  também será um bem inferior;
- (B) o bem  $X$  seja um bem normal, sua curva de Engel tem inclinação negativa;
- (C) os bens  $X$  e  $Y$  seja bens normais, o caminho de expansão da renda tem inclinação negativa;
- (D) o bem  $X$  seja um bem inferior, a elasticidade renda da demanda do bem  $X$  é negativa;
- (E) o bem  $Y$  seja um bem necessário, a elasticidade renda da demanda do bem  $Y$  é estritamente maior do que a unidade.

46

Em relação aos conceitos envolvidos na teoria da firma, é correto afirmar que:

- (A) uma isoquanta individual mostra todas as diferentes combinações de insumos necessárias para produzir diferentes níveis de produção;
- (B) uma firma que no curto prazo apresenta retornos crescentes de escala deve apresentar rendimentos marginais decrescentes do fator trabalho;
- (C) o produto marginal de um fator é a razão entre a produtividade total e a quantidade do respectivo fator de produção empregado;
- (D) o produto médio é a produção adicional que pode ser produzida utilizando-se mais uma unidade de determinado insumo, enquanto todos os demais insumos são mantidos constantes;
- (E) a taxa marginal de substituição técnica entre capital e trabalho mostra a taxa em que, ao adicionar uma unidade de trabalho, o capital pode ser diminuído enquanto mantém a produção constante ao longo de uma mesma isoquanta.

47

Considere uma firma que utiliza os fatores de produção capital ( $k$ ) e trabalho ( $l$ ) e apresenta função de produção  $q = f(k, l) = 30k^\alpha l^\beta$ , com  $\alpha = 1/3$ ,  $\beta = 2/3$ .

Sendo PMgL a produtividade marginal do trabalho e PMgK a produtividade marginal do capital, é correto afirmar que:

- (A) PMgK = 40, quando  $k = 8$  e  $l = 1$ ;
- (B) PMgL = 20, quando  $k = 8$  e  $l = 1$ ;
- (C) PMgK = 5, quando  $k = 1$  e  $l = 8$ ;
- (D) PMgL > PMgK, quando  $k = 8$  e  $l = 1$ ;
- (E) a razão entre PMgL e PMgK é igual a  $\left(\frac{k}{l}\right)^{2/3}$ .

48

É comum um monopolista tentar adotar estratégias de diferenciação de preços de seus produtos como forma de capturar o excedente do consumidor.

Assim, na discriminação de preços de terceiro grau:

- (A) o monopolista vende diferentes unidades de produto a diferentes preços iguais aos preços de reserva de cada consumidor;
- (B) é necessário o incentivo à autosseleção, pois o monopolista não consegue estimar a curva de demanda de cada grupo de consumidores;
- (C) o monopolista consegue separar os consumidores em grupos identificáveis de forma a ser possível cobrar preços ótimos distintos de cada grupo;
- (D) o consumidor pode ser individualmente identificado, de forma que a discriminação é perfeita, pois permite a extração de todo o excedente do consumidor;
- (E) o monopolista cria um perfil de preços denominado tarifa linear em duas partes como forma de cobrar dos consumidores o preço ótimo compatível com a quantidade que desejam comprar.

**49**

A equação de Slutsky nos permite analisar como a escolha de um bem pelo consumidor responde a variações de preço.

Nesse sentido, quando o sinal do efeito renda é positivo e seu módulo supera o módulo do efeito substituição, é correto afirmar que um bem:

- (A) comum será um bem inferior;
- (B) normal será um bem comum;
- (C) inferior será um bem de Giffen;
- (D) inferior será um bem normal;
- (E) de Giffen será um bem comum.

**50**

Com relação a diferentes estruturas de mercado, uma indústria em competição monopolística:

- (A) consiste em uma situação de interação estratégica com produtos homogêneos;
- (B) é caracterizada pela presença de muitas firmas, produtos com certo grau de diferenciação e livre entrada de novas firmas;
- (C) é um mercado atomizado com produto homogêneo sem qualquer forma de diferenciação e livre entrada e saída de potenciais concorrentes;
- (D) depende da existência de barreiras à entrada de firmas concorrentes para que as firmas possam obter lucro positivo;
- (E) exige que haja restrição de capacidade produtiva para atender a demanda de mercado e que os produtos sejam homogêneos.

**51**

Acerca da teoria de equilíbrio geral em trocas puras e economia do bem-estar, é correto afirmar que:

- (A) o primeiro teorema do bem-estar social diz que toda alocação de equilíbrio competitivo é eficiente no sentido de Pareto;
- (B) o segundo teorema do bem-estar social diz que, sob certas condições, toda alocação de equilíbrio competitivo é eficiente no sentido de Pareto;
- (C) em uma economia com três bens, pela lei de Walras, se os mercados de dois bens estão em equilíbrio, então é possível que no mercado do outro bem haja excesso de oferta;
- (D) na caixa de Edgeworth, a curva de contrato é o lócus dos pontos de equilíbrio que representam alocações competitivas com equidade distributiva;
- (E) em uma economia com dois agentes e dois bens, os pontos eficientes de Pareto são incompatíveis com a situação em que um agente consoma toda a dotação da economia.

**52**

Acerca dos conceitos de externalidades no âmbito da economia, é correto afirmar que:

- (A) pode-se considerar uma externalidade negativa na produção de automóveis a preocupação com o atendimento de determinados padrões legais com respeito à quantidade de poluição que geram;
- (B) toda atividade de pesca é um exemplo do problema das áreas de uso comum conhecido como "tragédia do uso comum", que se refere à tendência de a propriedade comum ser utilizada em demasia;
- (C) diante do caso especial em que as preferências dos agentes econômicos são quase-lineares, nem toda solução eficiente terá a mesma quantidade da externalidade, de modo que a realocação de dotações não afeta a quantidade eficiente das externalidades;
- (D) quando os direitos de propriedade não estão bem definidos, a troca entre os agentes resulta em uma alocação eficiente da externalidade, pois a quantidade da externalidade que será gerada na solução eficiente depende da distribuição dos direitos de propriedade;
- (E) o estabelecimento de um imposto de  $t$  unidades monetárias por unidade de medida de determinada externalidade de produção negativa, de forma que o custo privado do produtor se iguale ao custo socialmente aceito definido pela regulação do setor, se aproxima da ideia de imposto de Pigou.

**53**

Suponha que um auditor do Tribunal de Contas esteja realizando um estudo sobre a evolução da dívida pública de um país e obtenha as seguintes informações sobre a economia no ano de 2021.

- I. O superávit primário é de 1% a.a.
- II. A razão dívida-PIB atual é de 85%.
- III. A taxa nominal de juros é de 12% a.a.
- IV. A taxa de inflação é de 10% a.a.
- V. O PIB potencial cresce a uma taxa de 2% a.a.

Ao considerar que essas informações permanecerão constantes ao longo do tempo, a melhor previsão do pesquisador em relação ao valor da relação dívida-PIB daqui a dois anos será de:

- (A) 82%;
- (B) 83%;
- (C) 84%;
- (D) 85%;
- (E) 86%.

**54**

Em relação ao Estado e às funções econômicas governamentais, o governo exerce a função estabilizadora quando:

- (A) estimula uma economia em recessão adotando políticas fiscais contracíclicas;
- (B) regulamenta a prestação de serviços caracterizados como monopólio natural;
- (C) privatiza empresas públicas, mantida a fiscalização em poder do setor público;
- (D) intervém diretamente na produção de bens e serviços de coleta e distribuição de água e esgoto;
- (E) institui alíquotas progressivas de imposto sobre a renda para financiar a construção de hospitais em regiões carentes.

**55**

O denominado efeito Oliveira-Tanzi está presente quando:

- (A) a política fiscal não tem qualquer impacto sobre o produto interno bruto;
- (B) há uma grande defasagem entre o empenho da despesa pública e o seu pagamento;
- (C) a elevação da taxa de câmbio afeta a inflação, que por sua vez reduz o déficit primário;
- (D) a elevação de preços pode proporcionar a redução do déficit público por meio da queda real nos gastos públicos;
- (E) a inflação reduz a receita tributária em termos reais em decorrência da defasagem entre o fato gerador do imposto e seu efetivo recolhimento.

**56**

Considere uma situação hipotética em que os cidadãos de um determinado Estado tendem a morar e trabalhar em Municípios que oferecem os melhores serviços públicos, associados com uma menor tributação. Em consequência, alguns Municípios tornam-se mais responsáveis na gestão da coisa pública, buscando oferecer bens e serviços compatíveis com os tributos municipais cobrados dos contribuintes.

Considerando-se o princípio teórico da tributação, a situação descrita está de acordo com o princípio do(a):

- (A) benefício;
- (B) capacidade contributiva;
- (C) equidade vertical;
- (D) isonomia;
- (E) equidade horizontal.

**57**

O mecanismo da tributação, associado às políticas orçamentárias, intervém diretamente na alocação dos recursos, na distribuição de recursos na sociedade e pode, também, reduzir as desigualdades na riqueza, na renda e no consumo.

Nesse sentido, é correto afirmar que:

- (A) o imposto específico sobre as vendas de mercadorias não causa distorção alocativa;
- (B) os tributos diretos podem ser subdivididos em tributos específicos e tributos *ad valorem*;
- (C) o imposto de renda progressivo é considerado um importante instrumento automático de estabilização econômica;
- (D) no sistema de tributação proporcional, a carga tributária é proporcionalmente mais elevada para os níveis maiores de renda;
- (E) quanto menor a participação da tributação sobre bens e serviços na carga tributária nacional, maior é a regressividade do sistema tributário.

**58**

Diversos trabalhos empíricos destacam a trajetória crescente dos gastos públicos em vários países. Dentre as inúmeras explicações para esse fenômeno, as abordagens não institucionais relacionam os mecanismos de crescimento da economia e do desenvolvimento da sociedade à necessidade da maior presença do Estado.

Dentro desse contexto, de acordo com a lei de Wagner:

- (A) os gastos públicos crescem com o aumento da renda e a elasticidade-renda dos gastos do governo é maior do que a unidade;
- (B) os gastos públicos crescem de forma descontínua financiados pela carga tolerável de tributação (efeito inspeção);
- (C) os gastos públicos são determinados pelo eleitor mediano e são crescentes devido à concentração de renda e ao fortalecimento da democracia;
- (D) o crescimento dos gastos públicos é explicado pelos mecanismos próprios do processo político de tomada de decisões, não necessariamente refletindo a demanda social;
- (E) a demanda por bens públicos é inelástica e, como o setor governamental é intensivo no fator trabalho, os preços relativos dos bens e serviços públicos crescem ao longo do tempo.

**59**

Um dos principais focos de atuação do denominado Estado Regulador são os serviços de utilidade pública, na medida em que o órgão regulatório tem o dever de garantir a qualidade da prestação do serviço e a modicidade tarifária.

Assim, quando o Estado busca a redução, via estímulo à concorrência ou regulação propriamente dita, da apropriação dos excedentes econômicos por parte do produtor, está preocupado com a melhoria da:

- (A) eficiência alocativa;
- (B) eficiência distributiva;
- (C) eficiência produtiva;
- (D) segurança e proteção ambiental;
- (E) interconexão entre os diferentes provedores.

**60**

A participação do Estado na economia e a consequente justificativa para a existência da despesa pública pode ser atribuída à existência de falhas de mercado.

Nesse sentido, é correto afirmar que, dentre os diferentes tipos de falhas de mercado:

- (A) o governo pode responsabilizar-se diretamente pela produção de um serviço referente a um setor caracterizado pelo monopólio natural;
- (B) o princípio da exclusão no consumo de bens públicos torna a solução de mercado ineficiente, exigindo a participação governamental direta na sua produção;
- (C) a presença de assimetria de informações e de mercados incompletos não é considerada falha de mercado, sendo ineficaz a intervenção governamental;
- (D) a existência de externalidades positivas justifica a intervenção do Estado por meio da imposição de multas ou impostos como forma de desestímulo à sua produção;
- (E) a produção de bens públicos puros requer o caráter meritório como justificativa à intervenção governamental ao ofertar o excesso de demanda não suprido pelo setor privado.

**61**

O modelo orçamentário de referência para o planejamento das entidades públicas brasileiras é o orçamento-programa. A classificação programática da despesa está alinhada a esse modelo.

Nesse contexto, um instrumento de programação que envolve um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente e que contribuem para a manutenção da ação de governo, a exemplo de fiscalização e monitoramento da qualidade de combustíveis automotores, deve ser classificado como:

- (A) aplicação direta;
- (B) atividade;
- (C) projeto;
- (D) operação especial;
- (E) encargo especial.

**62**

Um estado da federação recebeu recursos decorrentes de emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de Lei Orçamentária Anual da União, por meio de transferência especial. Os recursos foram da ordem de R\$ 800 mil.

Pelas regras constitucionais, para aplicação desses recursos:

- (A) até R\$ 200 mil poderão ser aplicados em despesas com ações e serviços públicos de saúde;
- (B) até R\$ 200 mil poderão ser aplicados na amortização da dívida consolidada do ente;
- (C) o valor deverá ser igualmente dividido entre despesas e ações nas áreas de saúde e de educação;
- (D) o valor total deverá ser aplicado nas áreas de competência constitucional da União;
- (E) pelo menos R\$ 560 mil deverão ser aplicados em despesas de capital.

**63**

Em sentido amplo, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se receitas públicas, porém nem todas pertencem efetivamente ao ente e são destinadas ao custeio da ação pública.

Esse é o caso de receitas:

- (A) decorrentes de juros de operações de crédito;
- (B) geradas pela alienação de bens do patrimônio público;
- (C) originárias de compensações financeiras;
- (D) que representam apenas entradas compensatórias;
- (E) que resultam da cobrança de dívida ativa.

**64**

Com o intuito de subsidiar a promoção de uma gestão fiscal responsável, a Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe sobre a definição de metas e restrições para assegurar o cumprimento dessas metas.

A limitação de empenho e movimentação financeira é uma medida que deve ser adotada quando a realização da receita ameaçar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, e pode incidir sobre despesas:

- (A) com juros e encargos da dívida;
- (B) com pagamento de pessoal e encargos sociais;
- (C) de transferências intergovernamentais legalmente previstas;
- (D) discricionárias destinadas a ações e serviços públicos de saúde;
- (E) relativas à inovação custeadas por fundo criado para tal finalidade.

**65**

Ao final de um determinado período de apuração, um estado da federação apurou uma Receita Corrente Líquida de R\$ 12 bilhões. A partir das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, o percentual de despesa total com pessoal do tribunal de contas do referido ente:

- (A) deve se limitar a 2,5% da RCL;
- (B) está limitado a 2% da RCL;
- (C) corresponde a 0,6% da RCL;
- (D) é apurado de forma consolidada com o Poder Executivo;
- (E) é definido juntamente com o do Poder Legislativo.

**66**

As normas de auditoria exigem que o trabalho do auditor seja adequadamente planejado.

Um dos objetivos principais do planejamento da auditoria é auxiliar o auditor:

- (A) quanto a forma e conteúdo de sua opinião no relatório de auditoria das demonstrações contábeis;
- (B) a uma efetiva comunicação com os responsáveis pela governança e identificar alguns assuntos específicos a serem comunicados a eles;
- (C) a avaliar o efeito de distorções identificadas durante a auditoria;
- (D) a avaliar o efeito de distorções não corrigidas nas demonstrações contábeis;
- (E) a conhecer a natureza das operações e dos negócios da organização para definir o alcance, a época e a direção da auditoria.

**67**

A metodologia de avaliação dos controles internos consiste em avaliar os controles internos existentes e quantificá-los em níveis de efetividade. Dessa forma, uma empresa apresentou os seguintes controles internos, avaliados em: 1 (controles não funcionais), 0,5 (controles funcionais medianos) e 0,2 (controles funcionais fortes).

Os auditores, ao solicitarem tais documentos de avaliação, podem concluir que:

- (A) caso existam controles funcionais em uma atividade, a multiplicação do risco residual ao valor do nível dos controles internos resultará em um menor risco inerente;
- (B) independentemente do nível de controles internos, a multiplicação do risco inerente ao valor do nível dos controles internos resultará em um maior risco residual;
- (C) caso existam controles funcionais em uma atividade, a multiplicação do risco inerente ao valor do nível dos controles internos resultará em um menor risco residual;
- (D) independentemente do nível de controles internos, a multiplicação do risco inerente ao valor do nível dos controles internos resultará em um menor risco residual;
- (E) caso existam controles funcionais em uma atividade, a multiplicação da probabilidade e do impacto resultará em um menor risco residual.

68

O objetivo do auditor é definir e executar procedimentos de auditoria que permitam a ele conseguir evidência de auditoria apropriada e suficiente que lhe possibilite obter conclusões razoáveis para fundamentar a sua opinião.

Nesse sentido, a confiabilidade da evidência de auditoria é influenciada pela fonte, por sua natureza e é mais confiável quando obtida:

- (A) de fontes independentes externas à entidade e confirmada em documento eletrônico ou em papel;
- (B) por meio da indagação a respeito da aplicação de controle, em vez da observação da aplicação de controle;
- (C) pela representação formal, pois fornece evidência de auditoria apropriada e suficiente;
- (D) pela cópia de um documento fiscal obtida por intermédio de fontes internas da empresa do que diretamente pelo auditor;
- (E) por meio da indagação a respeito da contagem de estoques, em vez da observação do auditor da contagem do estoque pelo pessoal da entidade.

69

Uma empresa reapresentou valores em decorrência da adoção de novos pronunciamentos contábeis e o auditor emitiu em seu relatório de auditoria as seguintes informações: “Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da empresa XYZ em 31 de dezembro de 20XX, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro. Conforme mencionado na nota explicativa X, em decorrência da adoção dos novos pronunciamentos contábeis, os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 20XX e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nessa data, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados”.

Dessa forma, o auditor emitiu uma opinião:

- (A) com ressalva;
- (B) negativa;
- (C) modificada;
- (D) adversa;
- (E) com parágrafo de ênfase.

70

Existem diversos tipos de auditoria, contudo, uma delas possui características próprias que a distingue dos outros tipos.

Dessa forma, a que apresenta uma variedade e complexidade de questões a serem tratadas, possui maior flexibilidade na escolha de temas, objetos de auditoria, métodos de trabalho e forma de comunicar suas conclusões é a auditoria:

- (A) de conformidade;
- (B) financeira;
- (C) contábil;
- (D) operacional;
- (E) ambiental.

## DISCURSIVA

1

O modelo IS-LM, o modelo oferta e demanda agregadas e a curva de Phillips nos fornecem meios interessantes para analisar o impacto de curto e longo prazo de políticas econômicas.

- a) Explique uma das razões que justifica a inclinação ascendente da curva de oferta agregada no curto prazo.
- b) Defina neutralidade da moeda e discuta a possibilidade de a moeda ser neutra no curto e no longo prazo.
- c) Considere que a economia esteja inicialmente em equilíbrio de longo prazo. Com base nos modelos citados acima, explique qual o impacto de curto e longo prazo na taxa de juros real, no PIB, no desemprego, no nível de preços e na inflação quando o Banco Central adota uma política monetária expansionista, considerando que, em decorrência da adoção dessa política, os agentes não antecipam qualquer processo inflacionário.

Valor: 15 pontos

Máximo de 15 linhas.

2

Considere a indústria de um bem caracterizada por um mercado perfeitamente competitivo composta por 80 firmas idênticas, cada uma possuindo curva de custos totais de curto prazo dada pela seguinte equação  $c(q) = 0,5q^2 + 20q + 10$ , onde  $q \geq 0$  é a quantidade produzida por cada firma.

- a) Defina custo fixo, custo quase-fixo, custo total médio e custo marginal.
- b) Com base em uma função de produção definida para dois fatores de produção, capital e trabalho, identifique e explique a relação existente no curto prazo entre custo variável médio e produtividade média.
- c) Determine a curva de oferta de curto prazo para cada firma e para a indústria como um todo.
- d) Supondo que a demanda de mercado seja dada por  $Q = 1760 - 60p$ , onde  $p$  é o preço do bem, determine o preço e a quantidade de equilíbrio de curto prazo dessa indústria (informe a quantidade da indústria e a quantidade individual).
- e) Assuma agora que o governo institua um imposto de R\$ 3,50 por unidade vendida. Em decorrência dessa política tributária, calcule o valor da perda de peso morto e o valor das variações no excedente do consumidor e no excedente do produtor.

Valor: 15 pontos

Máximo de 15 linhas.

### RASCUNHO - Prova Discursiva - Questão 1

---

1

5

10

15

### RASCUNHO - Prova Discursiva - Questão 2

---

1

5

10

15





Realização

